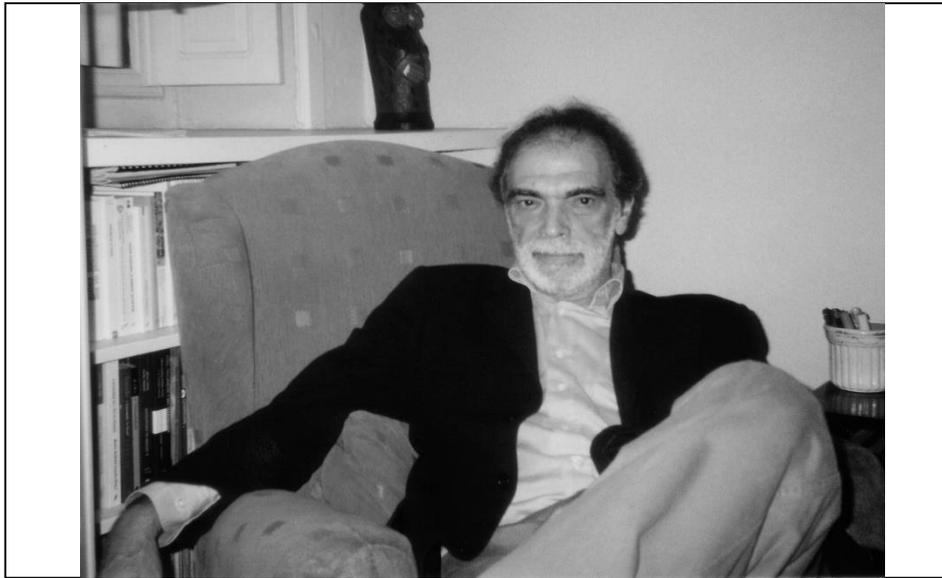


**Com a palavra ...
Joel Birman e as
questões da cultura contemporânea**



Entrevista concedida à Professora Maria Regina Prata em 21 de maio de 2004

Joel Birman é psicanalista, professor titular do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e professor adjunto do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Tem vários livros publicados, destacando-se entre os mais recentes *O Mal-estar na atualidade* (Ed. Civilização Brasileira, 1999), *Entre cuidado e saber de si - sobre Foucault e a psicanálise* (Ed. Relume Dumará, 2000), *Gramáticas do erotismo* (Ed. Civilização Brasileira, 2001). É membro e criador do Espaço Brasileiro de Estudos Psicanalíticos, instituição que busca repensar a clínica e a teoria da psicanálise incluindo especialmente a realidade brasileira. Com sua qualidade peculiar de nos afetar com seu modo de ser e com sua escrita, nesta entrevista Joel nos fala como percebe a educação na cultura brasileira contemporânea.

Maria Regina Prata é psicanalista, doutora em Medicina Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, professora do Mestrado em Educação da Universidade Estácio de Sá, vinculada à Linha de Pesquisa Representações e Identidades nas Práticas Educativas.

Você é psicanalista, membro de uma instituição que busca pensar a clínica da psicanálise em conjunto à dimensão político-social, indo mais além dos consultórios. Poderia falar um pouco disso?

Birman - Na verdade, eu e alguns colegas criamos uma instituição chamada Espaço Brasileiro de Estudos Psicanalíticos, e uma das dimensões dessa instituição é tentar pensar a clínica como uma experiência também social e política da psicanálise. É uma necessidade de pensar a realidade brasileira a partir da psicanálise, na medida em que nossa tradição psicanalítica sempre colocou a realidade brasileira entre parênteses, sempre se pautou por modelos supostamente universalizados, que pudessem ser válidos aqui, como na Noruega, ou na Suécia, se caracterizando por uma marca colonizada de importação de modelos para pensar a própria experiência psicanalítica. Então, o que essa instituição pretende, propõe e acredita, é que seja importante discutir certas questões específicas da realidade brasileira, isto é, a produção de subjetividades com traços especificamente brasileiros. Isso permite pensar, por exemplo, que tipo de mal-estar existe no Brasil tal como ele está se desenrolando hoje aos nossos olhos. É importante não só para pensar o Brasil, no sentido de orientar as políticas públicas, mas, também, para ajudar os psicanalistas em sua prática clínica atual.

Como você vê a produção da subjetividade no panorama da atualidade?

Birman - O ângulo que eu tenho trabalhado esta questão da produção da subjetividade, considerando a crise ou a quebra do estatuto dos estados-nação com a globalização, considerando o mercado internacional e um certo deslocamento do nível político para o nível propriamente econômico, é em relação à crise dos referenciais identificatórios. Certos parâmetros de referência para a construção da subjetividade foram quebrados. Num período anterior, que nós poderíamos chamar de moderno, a referência às idéias de nação e de lei eram bastante poderosas. A globalização descentrou e relativizou isso um pouco e, de uma certa forma, os referenciais se deslocaram para referências sejam étnicas, sejam culturais como modelos de identificação. Isso é a fonte de novas formas de violência, por exemplo. Até mesmo Freud mostrou isso com o narcisismo de pequenas diferenças, só que deslocando do plano do confronto de Estados para confronto entre as famílias e etnias. Nos Estados Unidos isso acontece violentamente. Também no Brasil os movimentos de ação afirmativa são muito fortes. Acho que houve um deslocamento que dá conta da questão da violência, mas também pode nos indicar porque que esse referencial constitutivo da subjetividade até a modernidade, que era a figura da lei ou a figura do pai, entrou, de uma certa maneira, numa crise que talvez explique certas formas de sofrimento que hoje estão em outro plano e que não existiam anteriormente. Isto é, nós temos hoje certas formas de mal-estar provocados pela corrosão do paradigma do pai ou da lei que tem efeitos sob as formas de subjetivação contemporâneas. São queixas centradas no corpo, centradas na ação e centradas nas variações de humor que eu chamo de afetação. São uma série de formas de mal-estar ligadas a um excesso pulsional, na medida que não se criou nenhum lugar que pudesse oferecer outros reguladores subjetivos. Muitas das patologias corporais, das compulsões, das depressões como forma de desposseção de si, estão bastante em foco em função disso. Por outro lado, temos também certos déficits que talvez toquem na área da educação, com a quebra das referências desses reguladores centrados na lei, que provocam efeitos importantes. Um deles é que as formas de sofrimento hoje não passam pelo campo do pensamento, como se houvesse uma deficiência da ordem do pensamento e um empobrecimento no plano da linguagem. Como se a linguagem empobrecesse a olhos vistos, exatamente porque esse regulador caiu por terra, como se faltassem reguladores suficientemente poderosos, capazes de produzir o que poderíamos chamar da linguagem como forma de negativização

da experiência. Eu acho que isso tem uma incidência sobre a questão propriamente pedagógica, educacional.

Na relação professor-aluno?

Birman - Na relação professor-aluno, no tipo de discurso que o professor passa, e nos tipos de reguladores que ele é capaz de oferecer, ou não, capazes de possibilitar, ou não, esse empobrecimento bastante flagrante da linguagem e do pensamento.

Em empobrecimento que se traduz, talvez, em termos de violência em classe?

Birman - Em classe, fora de classe e no plano da família também. O fenômeno da violência não é simplesmente um fenômeno macro da criminalidade e da delinquência. Este é um dos níveis da violência. Existem também níveis inéditos de violência dentro da sala de aula, como se os alunos perguntassem o que isto tem a nos oferecer. No plano da família, no caso das classes médias e altas quando as figuras parentais existem - nas classes populares é mais complicado -, é como se houvesse uma falta de referentes de autoridade reguladores propriamente ditos. E mesmo no plano das relações amorosas esse nível de violência ganhou patamares anteriormente inexistentes.

Você acha que isso tem relação com aquela idéia do Hardt e Negri da queda dos muros institucionais, que a escola e a família talvez não estivessem tão protegidas como antes, e a produção da subjetividade estivesse em todo o terreno social? Nessa medida, as funções dos professores e dos pais parecem que se misturam ou não estão bem delimitadas?

Birman – Acho que o próprio processo de delegação de poder das famílias para a escola, as novas formas de existência de famílias pós-modernas, sobretudo nas classes médias e altas. Esse processo começou por outras razões nas classes populares, no sentido de que as famílias monoparentais são geralmente sustentadas apenas por figuras maternas. Estou falando do Brasil especificamente, um processo que está aí há mais anos. O casal parental nas classes populares deixou de existir enquanto modelo há muito mais tempo do que está acontecendo na classe média, em função mesmo da liberação dos costumes e da emancipação feminina.

De uma certa maneira, as famílias eram responsáveis pela produção da socialização primária das crianças, como diz Bourdieu, a escola fazia na época, na modernidade, a socialização secundária. O que está acontecendo hoje é a passagem para a escola da socialização primária. Muitas das crises que se passam nas escolas, mesmo em escolas de elite, com a questão da droga, se dão no sentido de que a escola não está preparada para exercer a socialização primária, ela está preparada para exercer a socialização secundária. Quando ela expulsa alunos que não respeitam certas normas institucionais ao invés de cuidar disso, é porque ela não está aceitando, pelo menos naquele momento, esse tipo de função. Evidentemente há uma quebra dos muros institucionais no sentido de Negri e Hardt, no sentido de que não temos mais hoje essa concepção de instituições plenamente delimitadas, talvez até mesmo porque tenhamos passado de uma sociedade disciplinar para uma sociedade de controle, como nos disse Deleuze. Nesse sentido, os muros institucionais caem por terra. É uma consequência disso.

Como você vê a educação brasileira em relação à quebra desses muros?

Birman - No caso da tradição brasileira temos uma quebra desse modelo parental nas classes populares. Há décadas já não há mais uma família parental, o modelo burguês, na medida em que as classes populares são monoparentais. As mães trabalham, as crianças ficam expostas à criminalidade e à delinquência. A escola é muito frágil para conseguir dar um suporte a essas famílias. Parece-me que a escola deveria ter um tipo de incentivo social mais intenso, para conseguir dar um contraponto a essa fragilização da estrutura da família. Nas classes médias há a quebra do casal parental, nas quais temos famílias monoparentais constituídas só pelo homem ou só pela mulher que também tem que trabalhar, há como efeito uma atribuição para as escolas de um trabalho de socialização primária para o qual elas não estão preparadas. As escolas das classes médias e das classes altas não têm condições, da maneira como elas estão montadas, de realizar esta tarefa de socialização primária. Seria quase que uma espécie de "maternagem" escolar e elas não estão preparadas para isso, nem os professores estão treinados para isso.

E talvez nem tenham que estar.

Birman - Claro, e talvez nem tenham que estar. O que caracteriza exatamente a socialização primária é o estabelecimento de um *ethos*, de regras éticas fundamentais, que são constituintes desse tipo de atividade e sempre foi a família que fez isso. Esperar que a escola vá fazer isso é imaginar que a escola se transforme em outra coisa diferente do que nós concebemos até hoje e do que ela vem sendo historicamente desde o século XIX.

No discurso dos professores, parece-me que há uma impotência muito grande em relação a esse novo aluno que encontram que não possui essa socialização primária. Parece que a mediação da palavra não é suficiente, alguns alunos são até mesmo violentos em sala de aula.

Birman – Há uns dois ou três anos, eu participei de uma discussão com uns 400 professores de escolas do Rio de Janeiro. O relato deles revela um nível de tensão imensa na experiência com as crianças. Eles eram submetidos a uma tensão que redundava em grandes ansiedades, quadros psicossomáticos, depressões em larga escala, exatamente porque era demandado que lidassem com um tipo de violência dos estudantes e eles não estavam preparados para isso. Apresentavam um mal-estar de alta voltagem. A impressão que se tem é que estão um pouco sem norte para lidar com esse tipo de criança e adolescente que recebem.

Você pensaria um tipo de escola diferente diante desta problemática?

Birman – Eu não consigo nem conceber como poderia ser uma escola diferente. Se tivéssemos uma escola que pudesse se ocupar das crianças e dos adolescentes em tempo integral, que pudesse dar a eles uma referência forte de formação ética – diferente do que acontece no Brasil que são escolas de meio tempo –, seria possível imaginar e contornar uma parte desse mal-estar. Por exemplo, nos países da Europa, na França, você tem escolas públicas em tempo integral, que dão suporte diante de uma família nuclear ou de uma família tradicional que se transformou já há muito tempo. E as escolas, de uma certa maneira, têm a oportunidade de estar com as crianças uma grande parte do dia. Isso dá uma substituição à ausência familiar e à transmissão de códigos éticos importantes. Mas eu acho que a dificuldade disso no Brasil é que o Estado não investe em escolas de tempo integral para as crianças, por um lado. Por outro lado, isso exigiria que as escolas custassem tão caro, já custam hoje muito caro para as famílias de classe média, que não conseguimos conceber como é que isso poderia ser

estrategicamente construído. Eu vejo aí certos obstáculos como o investimento do Estado nesse tipo de escola e das classes médias custearem as escolas privadas, de conseguirem criar um modelo alternativo de escola de tempo integral, pois os pais não conseguiriam bancar o preço dessas escolas.

Então, diante da impossibilidade da família fazer a socialização primária, a escola faria?

Birman - Como uma possibilidade teórica, sim. Porque eu acho que temos isso em outros países. Agora, evidentemente, seria uma maneira do Estado se fazer mais presente no campo educacional para poder suprir esse tipo de transformação da família. Numa sociedade em que, nas classes populares, as mulheres são obrigadas a trabalhar, e nas classes médias, as mulheres também saem com maior autonomia para a atividade, quem supre essa ausência? Como é que fica? A gente volta ao ponto inicial em que eu falava da falta dos modelos identificatórios. As crianças acabam se entretendo com a televisão, se identificando com as figuras que a televisão oferece, que é uma maneira delas não ficarem sozinhas. Com todos os efeitos que isso vai ter sobre o pensamento e a linguagem. Uma das características básicas dessa linguagem empobrecida de que nós falávamos anteriormente é que ela é uma linguagem pouco simbólica, com poucas marcas metafóricas, atravessada por ação e imagem. Acho que esse tipo de contato com a televisão é fundamental em relação a isso.

E de apropriação de coisas também, se pensarmos no consumo de imagens e de apropriação de coisas que se oferecem para a suposta felicidade. As crianças já entram nesse universo muito cedo.

Birman – Já entram nisso cedíssimo! A televisão é um substitutivo dos pais, por outro lado, no caso brasileiro. Não podemos nem ter uma socialização comunitária, como era por exemplo há cinquenta anos, porque o nível de violência das ruas impede que possamos ocupar o espaço público. Então, com isso, fica-se cada vez mais reduzido ao espaço privado. Até mesmo como proteção diante da violência. Fica um círculo vicioso entre os espaços público e privado. Ficar restrito à família, e a família ausente, leva à televisão e você não usa o espaço público, pois o espaço público está desconstruído pela violência. É um ciclo vicioso.

Essa questão do consumo aparece até na própria relação professor-aluno, o saber passa a ser uma coisa a ser consumida: o aluno passa a ser um cliente, o professor passa a ser aquele que vai atender esse cliente da melhor maneira possível. Ou seja, é uma tentativa de apropriação imediata do saber. Se o saber não serve, ele é jogado fora. Como se a relação professor-aluno fosse atravessada pelo consumo.

Birman – É porque o modelo de consumo é um modelo disseminado e fundamental. Há um imperativo de consumir. A primeira pergunta do aluno diante da escola ou diante do saber é: para que aquilo serve? Evidentemente, como a criança ou o adolescente tem uma perspectiva temporal muito imediatista, aquilo perde importância porque não vai servir para ele para nada. Ele vai preferir investir em outras coisas que dão uma satisfação do ponto de vista do consumo, mais pragmático e imediato, do que imaginar que aquilo pode ser um projeto de mudança. Até porque, no que tange à questão da educação, mesmo da universidade, ela não garante possibilidades em termos de mercado trabalho. Isso cria um descrédito fundamental sobre a educação, do ponto de vista da lógica do consumo e do mercado de trabalho. Então a escola também é esvaziada por isso, de uma maneira muito flagrante. O índice de abandono de cursos universitários no Brasil é muito alto, por causa disso. Você pode imaginar que isso se passa também no nível das escolas de ensino médio. Para que serve isso? Em que

isso vai servir para eu sobreviver? Isso é facilmente abandonável como projeto. O saber hoje não é tão valorizado em função do consumo e da possibilidade de se ter acesso ao mercado de trabalho. Com isso, o saber se torna uma coisa que perdeu a aura que tinha em toda modernidade.

Você acha que o professor hoje pode se sentir desqualificado em relação a um tipo de conhecimento que o aluno adquire na internet antes dele?

Birman - Diante da internet, é como se o saber fosse publicizável, não está contido apenas nos livros. Em função disso, o professor está se sentindo desprivilegiado. Isso revela, na verdade, uma coisa fundamental nesse tipo de discussão que é a perda do prestígio da autoridade pedagógica. Os alunos de hoje, diferente de cinquenta ou cem anos atrás, não têm aquela reverência pedagógica que tinham diante do professor, na medida em que o professor era detentor de um saber valorizado, e que não está sendo hoje considerado. Há uma perda da autoridade pedagógica, como eu acho que há uma perda da autoridade parental da mesma ordem. Há uma desqualificação do professor, como há uma desqualificação dos pais, dois processos que acontecem ao mesmo tempo.

Certos crimes que se passam hoje no Brasil, de assassinatos de pais pelos filhos, dois crimes importantes que aconteceram recentemente em São Paulo, vão nessa direção. A facilidade com que se passa ao ato, na medida que os pais querem interditar certas demandas dos filhos, levam a atos de assassinatos. Eu acho que é um nível de violência inédito. Isso não quer dizer que antes filho não matava o pai, mas a facilidade com que esse gatilho está sendo disparado hoje, vai por conta dessa perda da aura da autoridade familiar que é extensível à autoridade pedagógica.

Mas também não desejamos mais o autoritarismo, senão caímos num discurso saudosista, não é? Você poderia fazer essa diferenciação?

Birman – Claro. Parece-me que a figura do professor é esvaziada exatamente porque o saber foi esvaziado. O professor tinha uma aura e um saber adquirido, era valorizado, na medida que educar também era importante em termos de projeto a médio e longo prazo, em termos de possibilidades de profissionalização, de entrada no mercado de trabalho. Quando o saber se desqualifica, a função do professor também se desqualifica, ele perde a autoridade. Da mesma forma, talvez, a autoridade parental se esvazie em vários sentidos, inclusive de que os filhos gostariam que os pais os protegessem mais do que protegem, em termos de oferecimento de condições de vida diante de uma cultura cada vez mais consumista diferente daquela que existia anteriormente. Veja bem, nos dois crimes de São Paulo o ponto fundamental eram os bens que os pais não queriam dar aos filhos, isto é, algo ligado imediatamente ao consumo.

Qual a função do pesquisador e do intelectual?

Birman - Eu acho que tem algumas coisas importantes com relação à função do pesquisador e do intelectual na tradição brasileira que a gente tem que considerar em dois níveis. Por um lado, a função do intelectual é não só valorizar o que tem de importante na tradição do saber, como também, a partir disso, conseguir equacionar situações e questões atuais, que a sociedade coloca para que esse saber possa servir para o implemento de políticas públicas. A função do intelectual, a função da universidade, a função dos cursos de pós-graduação, é produzir saber voltado para a realidade brasileira, de maneira mediata ou imediata, não importa, e que possa servir como subsídio para a produção de políticas públicas. Criar novas formas de política, novas formas de gestão institucional,

seja na família, seja na escola, seja em outros âmbitos institucionais. Quer dizer, a função do intelectual nesse momento deve ser pensada tendo um vetor forte no campo social, não sendo simplesmente um deleite erudito, para ele trocar entre seus pares. É claro que isto também existe, mas eu acho que essa produção de saber tem que ter também esse tipo de endereçamento.

E político?

Birman - Político-social, que possa abrir novos leques de possibilidades para a elaboração das políticas públicas. Acho que isso é uma questão.

Uma outra questão importante que tem a ver com a função do intelectual, é em relação a essa reforma que está se apresentando hoje, por exemplo, de privatização das universidades do ensino superior. Uma certa política de esvaziamento das universidades públicas que se alimenta de vários elementos, um dos quais é a tentativa de desqualificação da tradição da universidade pública e do professor na universidade pública. Nesse tipo de desqualificação, se esquece que foi exatamente pela construção de centros de pesquisa nas universidades públicas que o Brasil hoje consegue ter uma diferenciação em relação a toda a América Latina. Nós temos um leque de estruturas de pesquisa e de ensino superior, intermediado pela Capes e pelo CNPq, que oferecem bolsas de estudos de mestrado e doutorado, bolsas para pesquisadores. Temos um sistema aqui que não há em nenhum outro país da América Latina e há em poucos países no mundo. Isso diferenciou o Brasil através do ensino e da pesquisa, através também desses órgãos de fomento, que criaram cursos de pós-graduação, possibilitando-nos um avanço excepcional em relação a toda a América Latina e a muitos outros países. É preciso que a gente não se esqueça, nessa função do trabalho intelectual, que apesar de parecer que a universidade é parasita da sociedade, este retorno está sendo dado. Tanto que nós temos essa diferenciação em relação a muitos países do terceiro mundo e, fundamentalmente, é evidente a diferenciação que temos de qualquer outro país sul americano, inclusive o México. Isso eu acho importante não esquecer.